

AUTOCRACIA BURGUESA, DEPENDÊNCIA E CAPITAL-IMPERIALISMO: DETERMINANTES HISTÓRICOS-ECONÔMICOS DO PODER OLIGÁRQUICO NO BRASIL¹

Julio Cesar Gonçalves da Silva²

RESUMO

O artigo analisa os determinantes histórico-estruturais da dominação política e social exercida por oligarquias familiares no Brasil contemporâneo, articulando as categorias de capital-imperialismo e dependência. Tomando como pressuposto as contribuições da Sociologia Histórica e Genealógica sobre a continuidade de famílias tradicionais nos centros de poder, o trabalho avança em uma direção teórica, investigando as mediações entre capitalismo dependente e a autocracia burguesa com a reprodução de uma plutocracia oligárquica. De caráter ensaístico, o artigo fundamenta-se em revisão bibliográfica para defender a hipótese de que a continuidade genealógica das classes dominantes não é resíduo arcaico, mas expressão necessária da estrutura de reprodução do capitalismo dependente. Para esse fim, inicialmente argumentamos que a depleção externa da riqueza nacional, bem como a superexploração e a autocracia burguesa que daí decorrem, conformam o solo estrutural da oligarquização. Depois, investigamos o processo de formação do capital-imperialismo no pós-guerra e, em seguida, a conversão da burguesia brasileira em agente ativo do capital-imperialismo. Por fim, examinamos como a constituição de uma teia política internacional reconfigura a "dupla articulação" entre interesses internos e externos condicionou a cena política no período pós-redemocratização.

Palavras-chave: capital-imperialismo; dependência; oligarquia; autocracia burguesa; Brasil

ABSTRACT

This article analyzes the historical-structural determinants of the political and social domination exercised by family oligarchies in contemporary Brazil, articulating the categories of capital-imperialism and dependency. Drawing on the contributions of Historical and Genealogical Sociology regarding the continuity of traditional families within centers of power, the study advances a theoretical approach by investigating the mediations between dependent capitalism, bourgeois autocracy, and the reproduction of an oligarchic plutocracy. Of essayistic character, the article is based on a bibliographical review to defend the hypothesis that the genealogical continuity of the ruling classes is not an archaic residue, but a necessary expression of the reproductive structure of dependent capitalism. To this end, we first argue that the external depletion of national wealth, as well as the superexploitation and bourgeois autocracy that derive from it, constitute the structural basis of oligarchization. We then examine the process of formation of capital-imperialism in the postwar period, followed by the transformation of the Brazilian bourgeoisie into an active agent of capital-imperialism. Finally, we examine how the constitution of an international political web reshaped the "double articulation" between internal and external interests, conditioning the political scene in the post-redemocratization period.

Keywords: capital-imperialism; dependency; oligarchy; bourgeois autocracy; Brazil.

¹ Uma versão reduzida do artigo foi apresentada no XIV Seminário Nacional de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2026.

² Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Ciência Política (UFPR) e Docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4605-7051>. Contato: julio.silva@ifpr.edu.br

Introdução

A persistência de famílias tradicionais no controle das instituições políticas, econômicas e culturais constitui um dos traços mais duradouros da formação social brasileira. Buscando suas origens no passado colonial e escravocrata, período em que se forma uma “nobreza brasileira” — pelo amálgama entre a pequena fidalguia (titulada em Portugal), a nobreza brasílica (fruto da miscigenação) e a nobreza por acumulação primitiva (formada por ricos e poderosos que se integraram às estruturas estamentais) —, Oliveira (2012) demonstra a importância fundamental dos grupos familiares na gênese e desenvolvimento dos centros de poder da sociedade brasileira e, sobretudo, sua continuidade genealógica até o presente:

Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reprodução de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização (Oliveira, 2012, p. 13).

Com base no mapeamento dos indivíduos que ocupam os cargos — eletivos ou não — que compõem os centros de poder e o bem remunerado aparato burocrático político-jurídico-militar e, a partir daí, da construção de prosopografias e outros métodos de investigação genealógica da rede familiar desses agentes, a Sociologia Histórica e Genealógica tem descortinado a existência de uma verdadeira oligarquia plutocrática incrustada no Estado brasileiro (Oliveira, 2018). Seu grande mérito é dar nome (e sobrenome!) aos bois, apresentando as classes dominantes não como uma mera abstração, mas em carne e osso, indicando o caráter de classe do Estado no nível individual e familiar. Eis que a política se revela como “negócio de família e um negócio de ricos” (Oliveira, 2012, p. 18), com o nepotismo se apresentando não como um desvio de uma normalidade democrática, mas como um mecanismo concreto de transmissão parental de poder entre os membros da classe dominante. Tal possibilidade é dada pelo grande fosso social da sociedade brasileira. Não que inexista mobilidade social, mas essa é muito limitada em função dos mecanismos políticos e sociais criados pelas redes familiares e de parentesco para a transmissão hereditária de riqueza e poder. Mesmo quando ocorre alguma ascensão social, os novos ricos e carreiristas políticos sem tradição familiar necessitam (e

desejam!) se integrar, mediante uniões matrimoniais, com membros das famílias tradicionais e assim se beneficiar dos privilégios de uma realidade em que ainda vigora a patronagem e o clientelismo como forma societária e de atuação do Estado.

O objetivo deste artigo não é empírico, isto é, não visa oferecer ainda mais evidências para esta perspectiva que tem se consolidado como uma importante compreensão da realidade brasileira. Pelo contrário, tomamos essas análises como o pressuposto do qual partimos. Atuando de maneira complementar, este artigo visa compreender teoricamente os determinantes histórico-estruturais dessa oligarquização e de sua continuidade. De caráter ensaístico, o artigo busca apreender, mediante revisão bibliográfica, as mediações entre capital-imperialismo, dependência e oligarquização. Apoiase nas investigações clássicas de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente na América Latina e sobre a Revolução Burguesa no Brasil, bem como na atualização que Virgínia Fontes realiza nesse quadro teórico por meio do desenvolvimento do conceito de capital-imperialismo. Recorre-se também à mobilização da Teoria Marxista da Dependência (TMD) — através dos conceitos de superexploração, subimperialismo e padrão de reprodução do capital — como ponto de diálogo, tensão e complemento das concepções de Fernandes e Fontes. Além disso, avança até algumas análises mais contemporâneas que procuram entender como a chegada do Partido dos Trabalhadores altera (ou não) a realidade da autocracia burguesa.

Defendemos a hipótese de que *a continuidade genealógica das classes dominantes não é um resíduo arcaico, mas expressão necessária da estrutura de reprodução do capitalismo dependente*. Para esse fim, inicialmente argumentamos que a depleção externa da riqueza nacional e a superexploração que daí decorrem conformam o solo estrutural da aristocracia burguesa. Depois, investigamos o processo de formação do capital-imperialismo no pós-guerra e, em seguida, a conversão da burguesia brasileira em agente ativo do capital-imperialismo. Por fim, examinamos como a constituição de uma teia política internacional reconfigura a "dupla articulação" entre interesses internos e externos e como esse processo condicionou a cena política no período pós-redemocratização.

Capitalismo dependente e autocracia burguesa

Fruto da expansão da chamada “civilização ocidental”, para o qual contribuiu para sua criação³, a história da América Latina também está ligada a dinamismos internos. Inicialmente, através da constituição de um sistema colonial escravista e estamental com graus diversos de autonomia em relação às metrópoles. Depois, por modos muito particulares de transição para o modo de produção capitalista por meio de processos de revoluções burguesas, as quais atuaram mais no longo prazo e no nível estrutural do que como rupturas insurrecionais que supostamente poderiam repetir as vias clássicas para o capitalismo (Fernandes, 2009). Conciliando a dominação colonial e, posteriormente, a imperialista com as relações tradicionais de domínio interno, o arcaico com o moderno, criou-se não uma realidade dual, mas um capitalismo *sui generis*, econômica, sociocultural e politicamente dependente e com níveis extremos de desigualdade de riqueza, prestígio social e poder.

Do ponto de vista das influências externas, o desenvolvimento da América Latina foi determinado por quatro distintos padrões de dominação dos países centrais sobre ela: a colonização espanhola e portuguesa, um breve domínio neocolonial, o imperialismo clássico e o imperialismo total (Fernandes, 2009). Em cada um desses padrões de dominação, os grupos sociais dominantes locais se impuseram associando-se — de forma contraditória, mas subalterna — aos interesses dos centros hegemônicos. O capitalismo latino-americano, portanto, se desenvolveu incorporando de modo subordinado os dinamismos provenientes das economias mais avançadas. Em cada transição, realizou-se uma *modernização conservadora* em que as estruturas econômicas, socioculturais e políticas herdadas do período anterior foram se adaptando por meio de *processos conciliatórios pelo alto e de exclusão das grandes massas* da participação em uma vida democrática que, em função disso, tornou-se restrita a uma minoria, ou seja, uma *aristocracia burguesa*.

³ A colonização da América Latina foi um elemento fundamental para a emergência do capitalismo na Europa. A expropriação de povos, territórios e riquezas da região criou a base para o desenvolvimento do comércio europeu através do aumento do fluxo de mercadorias e dos meios de pagamento. Além disso, forneceu as bases materiais para a especialização produtiva requerida para a produção industrial, garantindo a produção de alimentos necessários para manter uma força de trabalho crescente no meio urbano dos centros capitalistas europeus. Com o desenvolvimento da indústria acrescentou-se outra função para a América Latina: atender a demanda crescente de matérias-primas (Marini, 2011). Portanto, não foi a Europa que se modernizou pelas suas qualidades inatas, enriqueceu e, a partir daí, passou a explorar os povos atrasados. Pelo contrário, foi a exploração colonial e, posteriormente, a dependência dos países latino-americanos e de outros continentes que propiciou a revolução industrial na Europa.

Como consequência desse processo, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina ficou limitado pela própria extração colonial e, posteriormente, imperialista. Esta transferência de riqueza consistia e ainda consiste, essencialmente, na transferência da mais-valia extraída internamente⁴. Entretanto, seria um erro ver aí uma relação de exploração das burguesias dependentes pelas burguesias dos países centrais. Na realidade, quem arca com os custos dessa transferência são as classes trabalhadoras. Nas palavras de Florestan:

De fato, a economia dependente capitalista está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas (Fernandes, 2009, p. 52).

Essa ideia é melhor desenvolvida pelo conceito de superexploração tal como elaborado por Ruy Mauro Marini. Para compensar a possível redução da taxa de lucro produzida pela transferência de mais-valia para os países centrais, as classes dominantes latino-americanas recorrem sistematicamente a três mecanismos complementares: “a intensificação do trabalho [exigindo maior esforço físico e mental dos trabalhadores], a prolongação da jornada de trabalho [mais-valia absoluta] e a expropriação de parte do trabalho necessário [compressão do salário abaixo do seu valor]” (Marini, 2011, p. 149). Esses três mecanismos criam, seja pela baixa remuneração, seja pelo esgotamento físico e mental, uma relação que não permite sequer a reprodução física adequada da força de trabalho. A superexploração consiste, portanto, em uma forma de exploração que viola as leis do valor relativas ao custo da força do trabalho através da sua depreciação. Assim compreendido, o conceito de superexploração é decisivo para explicar tanto a enorme desigualdade social e marginalização social de amplas camadas populacionais na região, quanto o relativo subdesenvolvimento econômico. Devido à

⁴ Investigando essa extração do excedente a partir da TMD, Luce (2018, p. 52-77) aponta que essa transferência ocorre por meio do intercâmbio desigual (diferença entre valor produzido e o valor apropriado resultante da mediação do mercado mundial nos processos de transformação do valor em preço) que beneficia as nações mais avançadas. O autor indica a existência de quatro formas concretas em que o intercâmbio desigual se manifesta: 1) deterioração dos termos de troca, ou seja, os produtos primários tendem a se depreciar em relação aos produtos manufaturados contrariando a lógica de redução do valor das mercadorias pelo desenvolvimento da tecnologia; 2) remessa de lucros, dividendos e *royalties* como corolário da dependência tecnológica e da presença hegemônica de multinacionais na economia dos países da região; 3) pagamento de juros e dividendos da dívida pública e privada em função da dependência financeira; 4) apropriação de renda diferencial e de renda absoluta pelo monopólio de terra decorrente do controle, direto e indireto, do capital internacional sobre os recursos naturais da região.

necessidade de manter a superexploração, a burguesia latino-americana se incapacita para forjar um desenvolvimento endógeno, restringindo a possibilidade de expansão do mercado interno.

Polemizando com a posição de Fernando Henrique Cardoso (1973) de que o desenvolvimento capitalista, ainda que dependente, substituiria a mais-valia absoluta pela relativa, Marini (2011) demonstra que esse processo, longe de superar a era da superexploração, a repôs em novas e mais complexas bases⁵. Por um lado, a superexploração foi um grande impulsionador da industrialização em função do seu grande poder de atração de um capital internacional que, no período do pós guerra, encontrava-se em abundância — tanto na forma financeira, quanto na forma de capital fixo⁶ — e, conseqüentemente, necessitando encontrar novas fontes de investimento. Por outro lado, permitiu ao capital nacional compensar o impacto negativo do aumento da composição orgânica do capital resultante da industrialização. Havia, portanto, uma confluência de interesses para garantir e até mesmo intensificar a superexploração. Esse recurso foi assegurado pela existência de um enorme contingente populacional marginalizado na América Latina que permitia a fácil reposição da mão de obra depreciada. Essa abundância da oferta de força de trabalho preexistente foi reproduzida, em parte, pela própria lógica industrial de substituição de força de trabalho por maquinário, o que evidencia o erro das conclusões de Cardoso (1973). Além disso, acrescenta-se o colossal e brutal processo de expropriação de pequenos proprietários e trabalhadores rurais durante a expansão do capital para o setor industrial nos países dependentes. Por fim, a imposição de formas autocráticas do poder de classe, uma constante na história dos países da América Latina, permitia depreciar a força de trabalho pelo recurso da violência estatal contra as organizações que reivindicavam os direitos dos trabalhadores.

Ao dispensar a necessidade de uma incorporação política e econômica da classe trabalhadora e, pelo contrário, mantê-la sob controle repressivo e manipulatório para reproduzir a superexploração, a dominação burguesa converteu-se em uma autocracia que se caracteriza pela “monopolização dos centros de decisão pelos círculos sociais e econômicos interessados

⁵ “O recurso à produtividade do trabalho, como método de extração de mais-valia, *não é algo que está por vir* para quando se esgota a possibilidade de extraí-la com base na superexploração, mas é justamente porque esse recurso já é amplamente utilizado que a superexploração no Brasil se agravou” (Marini, 2022, p. 43).

⁶ A aceleração do desenvolvimento tecnológico nos países centrais reduziu pela metade o tempo de rotação do capital fixo, tornando-o obsoleto antes do esgotamento de sua vida útil física. Nesse contexto, esse capital fixo moralmente depreciado tende a ser transferido para economias periféricas, onde sob condições de superexploração da força de trabalho e de dependência tecnológica, pode seguir operando de forma lucrativa, contribuindo para a reprodução ampliada do capital em escala mundial (Marini, 2011, p. 166-167).

(internos e externos)” e realiza uma “modernização autoritária como fator adverso à descolonização” (Fernandes, 2009, p. 61). Portanto, o desenvolvimento do capitalismo dependente se apresenta como uma “dupla articulação”, ou seja, articula os interesses heterogêneos das diferentes frações da burguesia interna com os interesses das nações dominantes e capitais externos.

Para entender como a burguesia no Brasil foi capaz de exercer esse papel torna-se fundamental entender seu processo histórico de formação de classe. Tal qual a “nobreza brasileira” (Oliveira, 2012), a *burguesia* surge de uma forma *compósita*, proveniente de muitas origens, sobretudo, em razão da decomposição das antigas oligarquias que se aburguesam e da emergência de novas camadas que se tornam privilegiadas pela possibilidade de explorar, muitas vezes por via da associação com os agentes externos do imperialismo, uma força de trabalho nacional cuja mercantilização se generaliza. Nesse momento, “o aristocrata se aburguesa e a burguesia se aristocratiza” (Fernandes, 2009, p. 67). Cria-se assim uma classe dominante que se apresentou, mesmo após a Proclamação da República, como uma *plutocracia oligárquica* com privilégios quase estamentais⁷. Logo, a burguesia não surge como uma nova classe que toma o poder das antigas classes dominantes alargando a esfera da vida democrática para conquistar o apoio das classes populares. Pelo contrário, a revolução burguesa no Brasil ocorreu por meio da “coalescência estrutural dos vários estratos e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’, crescentemente identificadas com uma concepção burguesa do mundo e com um estilo burguês de vida” (Fernandes, 1975, p. 311). Por esse caminho se forma uma solidariedade baseada na comunidade, contraditória e conflituosa, de interesses particulares que *enxergam na própria dominação imperialista externa a via mais rápida e segura para o seu rápido enriquecimento*. Paradoxalmente, “o que mais debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e

⁷ No ensaio “Classes Sociais na América Latina” (Fernandes, 2009, p. 41-120), escrito entre 1970-71, o autor recusa o termo oligarquia, limitando seu uso ao período da ordem estamental oficial do período colonial e do regime monárquico. Para Fernandes (2009, p. 106): “A melhor palavra, de que se dispõe para designar essa aglomeração de posições, interesses, grupos e subgrupos, formas de solidariedade de classes e orientação básica no uso do poder político não é oligarquia, mas plutocracia”. Entretanto, como em outros textos ele mais ambíguo em relação a utilização de oligarquia, optamos pela combinação dessas palavras para ressaltar, ao mesmo tempo, os traços de continuidade e descontinuidade histórica. Assim, procuramos seguir a orientação do próprio autor e evitar a identificação de oligarquia estritamente com a fração agrária: “dada a irradiação da antiga aristocracia e da oligarquia ‘tradicional’ [...] para os setores ‘moderno’, seria inexato fixar as fronteiras do elemento oligárquico na economia agrária. Elas vão, também, à economia urbana e penetram todas as elites burguesas ou pré-burguesas (FERNANDES, 1975, p. 275).

atuação política, foi a maneira pela qual pretenderam fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais" (Fernandes, 2009, p. 62). Incapazes de criar uma vontade unitária nacional incorporando os interesses das classes subalternas, as diferentes frações da burguesia *forjaram sua unidade* tendo como foco o próprio *superprivilegiamento* e a “autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns, que compartilhavam como e enquanto classes possuidoras” (Fernandes, 1975, p. 335, grifos do autor). Por maior que fossem suas desvantagens, essa “acomodação de interesses díspares e heterogêneos [...] não comportava riscos políticos” (Fernandes, 1975, p. 317). Tal hegemonia compósita, portanto, permitiu “salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos que são atingidos pelo monopólio social do poder e que se perpetuam mediante a apropriação repartida do excedente econômico nacional” (Fernandes, 2009, p. 107).

Essa unidade, porém, não é automática nem permanente. Forjada negativamente como força de contenção das classes populares, ela precisa ser constantemente rearticulada diante de crises e conflitos entre suas diferentes frações. Para isso, do ponto de vista ideológico, “anima uma racionalidade capitalista extremamente conservadora”, em que a defesa da ordem, da propriedade, da família, da tradição, do cristianismo e da civilização ocidental contra o inimigo comunista (real ou imaginário) se apresenta como justificativa para “a perpetuação do superprivilegiamento econômico, social e político” (Fernandes, 2009, p. 107). Dessa forma, a convergência de interesses deve ser obtida mediante o *temor do inimigo de classes* ou até mesmo *imposta* aos seus pares, o que transforma a incapacidade de suas frações hegemônicas em representarem um interesse geral em uma *hipertrofia do poder de Estado*. O que explica a constante “associação com os militares” e “militarização das estruturas político-administrativas” como solução para as crises⁸, convertendo a “impotência em seu reverso, em uma força incontrolável” (Fernandes, 1975, p. 307). Por mais tosca que seja essa forma de hegemonia, a burguesia brasileira assegurou, por meio desse “excedente de poder”, a capacidade de: “1º) desbaratar as pressões inconformistas pró-burguesas e as pressões antiburguesas; 2º) garantir um máximo de autonomia histórica no controle de classe das sucessivas transformações subseqüentes da ordem” (Fernandes, 1975, p. 338).

⁸ Em 2025, de acordo com a 10ª Pesquisa Legislativa Brasileira da Fundação Getúlio Vargas (PLB-FGV), 52% dos congressistas brasileiros apoiavam o direito das Forças Armadas de intervir para garantir a ordem interna. No período de 1990 a 2025, esse apoio oscilou entre 43% (2011 e 2009) e 58% (1993 e 2017). Ver: <https://noticias.uol.com.br/colunas/tiago-mali/2026/05/10/polarizacao-invadiu-todos-os-temas-no-congresso-diz-autor-de-pesquisa.htm>. Acesso em 12 mai. 2026.

Devido essa incapacidade da burguesia em criar uma vontade unitária nacional, a dependência se apresenta não como mero fruto do acaso, mas de escolhas políticas. Como a classe dominante brasileira se apresenta “minada a partir de dentro pelos interesses, valores e influências sociais das sociedades hegemônicas” (Fernandes, 2009, p. 63), ela se torna *artífice do capitalismo dependente*. Uma espécie de *fronteira interna* de ação do imperialismo que impede uma efetiva revolução nacional e outro modo possível de desenvolvimento. Nessas condições, ainda que ocorra a aceleração da “acumulação de capital ou a modernização institucional”, mantêm-se permanentemente a “expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis” (Fernandes, 1975, p. 291). E, como corolário igualmente inevitável, a necessidade de manter a autocracia burguesa — seja através de democracias restritivas ou por vias mais abertas de fascismo estatal tecnocrático — como forma política capaz de reproduzir essas relações.

O novo padrão de dominação externa: o capital-imperialismo

O momento chave para compreender a continuidade, no tempo presente, da plutocracia oligárquica é sua transição para o capitalismo monopolista e financeiro, entre os anos 1950 e 1970, e sua atualização no contexto neoliberal.

No período marcado pelo fim da II Guerra Mundial e pela Guerra Fria, o capitalismo mundial passava por uma importante reconfiguração. A sobrevivência da União Soviética e sua consolidação como uma potência econômica e militar expansionista colocava um desafio para a sobrevivência do próprio capitalismo. Sob uma intensa hegemonia econômica e, sobretudo militar, dos Estados Unidos, o desafio das nações imperialistas era triplo: 1) conter a classe trabalhadora no seu próprio interior; 2) isolar a União Soviética e acomodar pacificamente as contradições intra-imperialistas; 3) garantir condições para a manutenção do expansionismo imperialista — condição *sine qua non* para a reprodução do próprio capitalismo — em um contexto de revoluções anticoloniais. Assim, “uma infinidade de entidades foi criada, e as anteriores foram redesenhadas sob crescente influência estadunidense, adensando internacionalmente modalidades originais de organização intercapitalista” (Fontes, 2010, p. 162). Florestan denomina essa nova forma de dominação externa de “imperialismo total”, ou seja, um imperialismo que “não conhece fronteiras e não tem freios” operando “a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades

hospedeiras” (Fernandes, 1975, p. 275). Esse novo imperialismo se distingue do anterior por: 1) não atuar mais de fora, como uma força externa, mas por dentro das sociedades por ele dominadas; 2) constituir os territórios dominados, a partir de certo estágio de desenvolvimento, em novas bases de lançamento para a expansão imperialista; 3) se apresentar não apenas como um novo padrão de dominação externa, mas também como um modo de hegemonia burguesa sobre as classes subalternas que se impõe em escala planetária.

Virgínia Fontes (2010) avança nessa caracterização de Florestan através da construção da noção de capital-imperialismo como uma atualização do imperialismo de Lênin⁹. Para Fontes (2010), a enorme concentração e centralização de capitais — que desembocou na formação do capital financeiro pela fusão entre o capital bancário e o capital industrial, dando origem ao capitalismo monopolista — atingiu um novo patamar no período pós-guerra. As multinacionais começaram a atuar em diferentes atividades, com filiais em diferentes países e com capitais provenientes de diferentes nacionalidades (embora com predomínio de acionistas de um pequeno número de países centrais). Esse processo resultou na “formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros” (Fontes, 2010, p. 165). Com a complexificação do sistema financeiro nas décadas de 1960 e 1970, o imperialismo que gerou e nutriu o capital-imperialismo acabou por nele se dissolver:

Os conglomerados em expansão – e sua lógica interna fortemente corporativa – tornavam-se lentos e pesados para as exigências da acumulação na nova escala. Tratava-se de assegurar o papel dos proprietários – ou seja, garantir a centralidade máxima da valorização do valor – sobre qualquer outra instância, inclusive a empresa (Fontes, 2010, p. 197).

A explosão de fundos de investimentos e outras instituições como seguradoras e fundos de pensão foi impulsionada e impulsionou o ambiente de financeirização da economia capitalista. A partir do “empreendedorismo de papéis”, a dialética da concorrência entre centralização e dispersão de capitais foi colocada sob novas bases: “uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiro totalmente inéditos” tem, como contrapartida, a “formação de

⁹ De acordo com a autora, a escolha da combinação dos termos capital e imperialismo visou “assinalar a imbricação entre os fenômenos econômicos, políticos e sociais, buscando fugir da suposição de que o imperialismo seja o fruto apenas de uma política de potência, e que poderia ser amestrado através de mecanismos jurídicos ou políticos” (FONTES, 2013, p. 34).

conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global” (Harvey, 1992, p. 152). Ainda que não utilize o conceito de capital-imperialismo, Ruy Braga sintetiza bem a consequência dessa hiper centralização de capitais na forma financeira:

Na realidade, os investidores institucionais, como os fundos de pensão, por exemplo, administram em nome de acionistas enormes quantidades de ações, impondo modelos organizacionais financeirizados às empresas onde investem seu capital. Dessa maneira, por um lado, buscam maximizar o valor das participações financeiras objetivando criar o valor acionarial e, por outro lado, organizar um sistema de controle externo destinado a estimular os dirigentes das empresas a satisfazer os objetivos dos acionistas. Como o interesse dos acionistas reside no rendimento dos seus títulos, a saber, os dividendos e, sobretudo, o valor financeiro excedente, a empresa passa a ser considerada um ativo como qualquer outro, cujo valor é necessário rentabilizar na Bolsa. O objetivo dos administradores é criar valor excedente na esfera financeira, ou seja, conquistar ganhos sobre ações da empresa, e o resultado é uma financeirização generalizada do meio ambiente empresarial (Braga, 2012, p. 186).

A separação descrita por Marx (2017, *passim*) entre o capital portador de juros (propriedade *tout court*) e o capital funcionante (responsável pela extorsão direta da mais-valia) atinge assim seu apogeu. O capital-imperialismo se apresenta então como uma “propriedade ‘descarnada’ de recursos (ou condições) sociais de produção”, isto é, “não apenas como a propriedade direta dos meios diretos de produção, mas como propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou de sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor” (Fontes, 2010, p. 198). Proveniente da produção social da mais-valia e da sua acumulação privada, este capital financeirizado precisa retornar de forma ampliada ao processo produtivo “sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar” (Fontes, 2010, p. 165). Para isso, necessita derrubar diferentes fronteiras políticas, econômicas, socioculturais e ambientais que impeçam ou obstaculizam sua expansão cada vez mais acelerada mediante processos de expropriação primária (terras e outros recursos naturais, formas de atividade e propriedade não capitalistas, etc.) e secundárias (direitos sociais e trabalhistas). O que comumente denominamos de neoliberalismo, que passa a caracterizar a forma política e cultural dominante do capitalismo a partir dos anos 1980 e 1990, descreve precisamente essa ação política do capital-imperialismo para assegurar sua reprodução ampliada.

Devido à financeirização da economia, as mais variadas formas de capitais funcionantes — industrial, agrícola, extrativista, comercial, de serviços, imobiliário, etc.; de diferentes tamanhos e nacionalidades; de produção material, imaterial ou puramente especulativo; oriundo

de atividades legais e mafiosas; público, privado e de parceria entre eles; inovador, tradicional ou antediluviano, etc. — tendem a se fundir e ser colocadas a serviço da valorização do valor. Tal “fusão pornográfica” (Fontes, 2010, *passim*) vai muito além do matrimônio entre o capital bancário e o capital industrial. A enorme socialização da propriedade que se realiza sob a forma de capital-imperialismo, entretanto, ocorre de uma forma hierarquizada que reforça, antes de aplacar, as desigualdades de riqueza e poder inclusive no seio das classes dominantes. A desregulamentação da economia, por exemplo, permitiu aos “mesmos proprietários [...] desmembrar empresas, modificar seu perfil para agudizar e exacerbar a exploração do trabalho [...] e, por fim” atuar “também freneticamente na especulação” (Fontes, 2010, p. 198). Controlando simultaneamente diferentes empresas, por meio da compra direta de ações ou da participação em fundos de investimentos, um punhado de bilionários — a maioria membros dos países centrais, mas também muitos de países dependentes que atingiram a etapa do capital-imperialismo —, com riquezas superiores ao PIB de grandes nações¹⁰, passou a ter um controle inédito sobre variadas áreas da vida econômica, política e sociocultural, estendendo seu domínio para diferentes regiões do planeta.

O capital-imperialismo no Brasil

Embora apresente pronunciados traços de continuidade, a dupla articulação é um processo dinâmico. De acordo com Marini, “*ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (Marini, 2013, p. 256; grifo do autor), a economia brasileira se destacou das demais economias latino-americanas, configurando uma nova situação política e econômica que o autor denomina de subimperialismo. De acordo com o autor, o desenvolvimento desigual dos países dependentes propiciou àqueles que se tornaram mais industrializados a possibilidade de explorarem economias ainda mais débeis. Tal situação resultou em uma dinâmica de “cooperação antagônica” (Marini, 2013, p. 114) com o imperialismo: incapazes de desafiar a supremacia dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos, as nações subimperialistas se colocaram como um elo intermediário na cadeia imperialista. Isso possibilitou, por vezes, o

¹⁰ Em 2022, a soma da fortuna das 25 pessoas mais ricas do mundo superou o PIB do Brasil. Ver: O Globo. **Fortuna das 25 pessoas mais ricas do mundo é maior que o PIB do Brasil**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/04/fortuna-das-25-pessoas-mais-ricas-do-mundo-e-maior-que-o-pib-do-brasil-veja-a-lista.ghml>. Acesso em: 21 mar. 2026.

desenvolvimento de uma política externa relativamente autônoma, a qual esteve circunscrita tanto pela fragilidade em relação aos países centrais, como porque esse capital subimperialista que se expandia estava em grande parte associado, com maior ou menor grau de subordinação, ao capital internacional. Portanto, esta expansão subimperialista correspondia, em larga medida, aos interesses dos centros imperialistas.

Apesar da consistência teórica da caracterização do Brasil como subimperialista, a noção de capital-imperialismo de Virgínia Fontes nos permite ir ainda mais longe e pôr em relevo o entrelaçamento do capital nacional com o internacional. Para Marini (2013), o caráter subimperialista era dado pela necessidade de exportação de mercadorias industriais em função da restrição do mercado interno inerente à lógica estrutural de superexploração. Para Fontes, embora esta análise fosse correta para descrever o capitalismo brasileiro no período entre as décadas de 1960 e 1970, a financeirização da economia ocorrida durante o período militar permitiu expandir o mercado interno mediante o crédito aos consumidores e impulsionar a economia nacional para outro patamar de concentração e centralização de capital e, assim, “constituir novas empresas transnacionais, com o apoio inclusive de bancos públicos (como o BNDES), voltadas para a exploração direta de trabalho e de matérias-primas em outros países” (Fontes, 2013, p. 37). Como as multinacionais brasileiras ou que operam a partir do Brasil passaram a exportar capitais, a economia brasileira se configurou em plataforma de lançamento do capital-imperialismo. Desse modo, em contraste com a visão de Marini de um capitalismo mundial hierárquico e polarizado em que o Brasil se situa como um elo intermediário, Fontes nos permite conceber a participação da grande burguesia brasileira como um agente de destaque em um capitalismo mundial profundamente desigual, mas integrado em rede.

Entretanto, essa posição teórica não é consensual nem mesmo no interior do pensamento crítico. Plínio Arruda Sampaio Jr. (2007), por exemplo, na contramão das noções de subimperialismo e capital-imperialismo, concebe a situação brasileira no contexto mais recente como "nova dependência" com risco de "reversão neocolonial". Ele enumera três processos como suficientes para essa caracterização:

Primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. [...] Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira. [...] Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional. (Sampaio Jr., 2007, p. 147-148).

De acordo com o autor, a crise de 2008 e as medidas contracíclicas tomadas pelos centros imperialistas aumentaram o risco dessa “reversão neocolonial”. Com isso, “o Brasil tende a ser relegado a uma posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente” (Sampaio Jr, 2011, p. 95). No entanto, ainda que essas observações sejam bastante incisivas, é preciso afastar a ideia de que essa reprimarização representa um simples retorno ao passado como sugere a expressão “reversão colonial”. O estágio de monopolização, financeirização e de integração ao capital-imperialismo atingido pela burguesia brasileira determina certas especificidades nesse processo¹¹. A questão decisiva, portanto, é como o capital monopolista e financeiro brasileiro se reconfigurou no atual contexto do capitalismo mundial. Assumindo a revisão crítica de Virgínia Fontes às teses de Marini podemos colocar o problema do seguinte modo: como, concretamente, o capital nacional se entrelaça ao capital-imperialismo?

Nessa perspectiva, o setor do agronegócio se destaca por representar, mais que uma modernização do velho latifúndio, uma *metamorfose do capital agrário* em uma parte integrante e subordinada do *capital-imperialismo*. Em primeiro lugar, o agronegócio não produz pura e simplesmente alimentos e matérias-primas, mas *commodities*. Ou seja, são mercadorias padronizadas cujos preços são em grande medida determinados nos mercados futuros internacionais, servindo de lastro para ativos financeiros negociados globalmente. Em segundo lugar, a produção agrícola e pecuária depende de tecnologia e insumos que são importados ou produzidos por grandes conglomerados multinacionais e transnacionais instalados no país, como colheitadeiras, tratores, sementes híbridas ou transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos, vacinas, hormônios, etc. Em terceiro lugar, a atividade rural encontra-se subordinada ao um conjunto de atividades urbanas — armazenamento, comercialização, distribuição e processamento industrial — organizadas por frações do capital nacional e internacional que frequentemente determinam o conteúdo, a escala e a forma da

¹¹ Os dados do Banco Central do Brasil apontam para a persistência do país simultaneamente como participante do capital-imperialismo e como economia dependente. Por um lado, os dados revelam um forte fluxo de investimento direto no exterior (IBDE), atingindo um total de US\$ 30,18 bilhões em 2025. Por outro lado, o fluxo de investimento direto no país (IDP) foi de US\$ 77,68 bilhões, o que corresponde a um déficit líquido de US\$ 47,50 bilhões. Um dado revelador dessa situação é a renda primária que contabiliza o balanço de pagamentos que registra os fluxos de lucros, dividendos e juros entre residentes e não residentes, ou seja, a remuneração do capital investido no país e no exterior. Em 2025, as receitas somaram US\$ 33,71 bilhões e as despesas US\$ 115,06 bilhões, resultando em um saldo negativo de US\$ 81,35 bilhões.

produção no campo. Em quarto lugar, a monocultura de larga escala que caracteriza o agronegócio impõe a necessidade de captar amplas fontes de financiamento a cada ciclo produtivo. Como decorrência, o controle efetivo da produção muitas vezes escapa ao proprietário da terra e passa a ser exercido pelo capital portador de juros — bancos, fundos de investimento ou *holdings* que submetem o capital agrário ao capital financeiro nacional e internacional. Por fim, a própria expropriação de terras tende a mudar de formato: a velha prática de grilagem por grandes latifundiários passa a conviver com a *land grabbing*, a qual consiste na aquisição ou controle financeiro em larga escala de terras por empresas, governos estrangeiros ou grandes investidores para práticas ligadas ao agronegócio, à mineração, ao extrativismo vegetal e à especulação fundiária (Santos, 2023). Essa nova forma de expropriação explicita o caráter dependente e, ao mesmo tempo, expansionista do capital brasileiro. Por um lado, Santos (2023) observa que 1% das terras brasileiras estão em posse de estrangeiros, o que relativamente pode parecer pouco, mas considerando o tamanho continental do país corresponde a um território bastante significativo. Por outro lado, a crescente presença do capital de origem brasileira na expropriação de terras no Paraguai, frequentemente para o plantio de soja ou outras *commodities*, exemplifica bem a permanência da característica do Brasil como plataforma de lançamento do capital-imperialismo. Santos (2023) cita o levantamento realizado por Castilho e Bassi (6 nov. 2017) para o observatório de jornalismo independente *De olho nos ruralistas*, o qual indica que os brasileiros detinham 14,2% do total das propriedades rurais do Paraguai. Nos departamentos localizados nas fronteiras com os municípios brasileiros, essa taxa atingia a marca de 60%. O Brasil liderava o número de grandes corporações atuando na apropriação de terras paraguaias (25, contra 11 da Argentina e 8 dos Estados Unidos) e 16 brasileiros figuravam na lista dos 100 maiores latifundiários do país.

Devido à persistência dos traços que caracterizam aquilo que Marini denominou de subimperialismo, adeptos contemporâneos da TMD preferem caracterizar a situação de reprimarização da economia não como “desindustrialização”, mas como uma alteração do padrão de reprodução do capital na América Latina (Ferreira; Pastor; Luce, 2015). Na atual divisão internacional do trabalho, o padrão industrial crescentemente diversificado que estava em curso foi substituído por um novo padrão de especialização produtiva primário-exportador. A diferença entre este padrão e o anterior é que, no período analisado por Florestan, a dupla articulação se dava via industrialização associada e agora ocorre por meio da financeirização e exportação de *commodities*. O mecanismo muda, a estrutura permanece.

Os dados mais recentes do comércio exterior do Brasil, elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), corroboram com essa perspectiva. Embora o país tenha obtido um saldo positivo de US\$ 68,1 bilhões na balança comercial de 2025, quando consideramos apenas a indústria de transformação o resultado se inverte. Nessa atividade econômica específica, o Brasil exportou US\$ 188,4 bilhões e importou US\$ 259,7 bilhões, o que resultou em um saldo negativo de US\$ 71,3 bilhões. Embora a indústria de transformação tenha representado a maior parte das exportações, 54.1%, no que se refere às importações essa proporção atinge a marca de 92,7%. Quando decompomos os produtos dessa atividade econômica o contraste que se evidencia é ainda maior. Em termos de exportação, os dez produtos com maior participação na indústria de transformação em 2025 foram: processamento e conservação de carne (18,69%), fabricação de metais preciosos e outros metais não ferrosos (8,62%), fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais (7,59%), fabricação de produtos petrolíferos refinados (7,58%), fabricação de ferro e aço básicos (6,87%), fabricação de polpa, papel e cartão (6,25%), fabricação de veículos automotores (5,17%), fabricação de produtos químicos básicos (2,77%), fabricação de açúcar (2,68%) e fabricação de outras bombas, compressores, torneiras e válvulas (2,07%). Em termos de importação, os dez maiores foram: fabricação de veículos automotores (8,49%), fabricação de produtos químicos básicos (7,70%), fabricação de produtos petrolíferos refinados (7,27%), fabricação de produtos farmacêuticos, produtos químicos medicinais e botânicos (6,61%), fabricação de fertilizantes e compostos nitrogenados (5,87%), fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (5,20%), fabricação de componentes eletrônicos e placas (3,99%), fabricação de metais preciosos e outros metais não ferrosos (3,28%), fabricação de plásticos e borracha sintética em formas primárias (3,12%) e fabricação de equipamentos de medição, teste, navegação e controle (2,22%). Quando tomamos o conjunto das atividades econômicas, os traços da dependência ficam ainda mais evidentes. Os três produtos mais exportados, que respondem por 41,7% do total, estão ligados à agricultura (soja, 20,40%) e ao extrativismo (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus 14,05% e Minério de ferro e seus concentrados 7,23%). O primeiro produto da atividade industrial, classificado aqui como “carne bovina fresca, refrigerada ou congelada”, além de ser um produto do setor do agronegócio, aparece apenas na quarta posição geral com participação de 4,60%. Com isso, podemos concluir que a pauta de exportação apresenta um claro predomínio das atividades extrativistas e do agronegócio. Ainda que os dados demonstrem a existência da indústria de transformação, eles

apontam para uma economia ainda dependente cuja base industrial é voltada para recursos naturais e produtos de baixo a médio valor agregado, com pouca participação de manufaturados de alta tecnologia. Os dados da pauta da importação, por sua vez, evidenciam uma economia com alto grau de dependência externa em bens de capital, insumos complexos, fármacos, eletrônicos e derivados de petróleo.

Em suma, os dados do comércio exterior confirmam a passagem da economia brasileira para o padrão de especialização produtiva primário exportadora que reforça seu papel histórico de fornecedora de matérias-primas e alimentos para a produção capitalista mundial. De acordo com Luce (12 de out. 2012), ainda que setores da indústria de transformação, como a produção automobilística, tenham mantido sua posição estratégica, o dinamismo do capitalismo brasileiro passou a ser impulsionado por atividades como o agronegócio, a mineração, a produção de energia e a construção civil. Nesses setores, fortaleceram-se — com captação de capitais, nacionais e internacionais, na bolsa de valores e apoio estatal via BNDES e desonerações fiscais — grandes conglomerados nacionais financeirizados tais como JBS, Marfrig, Vale, CSN, Gerdau, Suzano, Andrade Gutierrez, Petrobras, Axia Energia, Odebrecht e Votorantim. Ao lado de outras multinacionais brasileiras de diferentes setores conforme exemplificado na tabela 1 — com destaque ao setor de bens de capital (7 multinacionais) e serviços financeiros (3 multinacionais) como indicativo da característica imperialista —, essas corporações, muitas delas com forte participação acionária estrangeira, atuam como "pontas de lança" do capital-imperialismo no Brasil, sendo agentes diretos da expropriação de territórios de povos originários e camponeses e da superexploração de trabalhadores em países como Paraguai, Peru, Bolívia e Equador.

Tabela 1: Ranking FDC de Internacionalização das Multinacionais Brasileiras (2018)

Posição	Empresa	Setor
1	Fitesa	Têxtil
2	Odebrecht	Construção e engenharia
3	InterCement	Materiais de construção
4	CZM	Bens de capital
5	Stefanini	Tecnologia da informação
6	Iochpe-Maxion	Autopeças

7	JBS	Alimentos
8	Minerva Foods	Alimentos
9	Metalfrio	Bens de capital
10	Tupy	Metalurgia / autopeças
11	Votorantim	Grupo econômico (industrial diversificado e financeiro)
12	Braskem	Química e petroquímica
13	DMS	Tecnologia da informação
14	Marfrig	Alimentos
15	Gerdau	Metalurgia e siderurgia
16	Tigre	Materiais de construção
17	WEG	Bens de capital
18	Jacto	Bens de capital
19	Tec Mobile	Telecomunicações e tecnologia
20	Marcopolo	Veículos e peças
21	Natura	Cosméticos
22	Expor Manequins	Indústria leve
23	Gauss Autopeças	Autopeças
24	Vale	Mineração
25	Embraer	Aeronáutica / bens de capital
26	Agrale	Veículos comerciais leves e tratores
27	Localiza	Serviços de consumo (locação de veículos)
28	Camil Alimentos	Alimentos
29	CI&T	Tecnologia da informação
30	Grupo Gautom	Bens de capital
31	Vicunha Têxtil	Têxtil
32	Indusparquet	Pisos e revestimentos de madeira
33	Itaú Unibanco	Serviços financeiros
34	Romi	Bens de capital
35	Grupo Serpa	Bebidas

36	Zetra	Serviços financeiros (fintechs)
37	Sobrancelhas Design	Serviços de consumo
38	Alpargatas	Têxtil / calçados
39	Baterias Moura	Baterias automotivas e industriais
40	Duratex	Painéis de madeira e materiais de construção
41	Level Group	Consultoria empresarial e tecnologia
42	Randon	Implementos rodoviários e autopeças
43	Chilli Beans	Serviços de consumo
44	BRQ Digital Solutions	Tecnologia da informação
45	Puket	Têxtil / vestuário
46	Klabin	Papel e celulose
47	Instituto Aquila	Consultoria em gestão empresarial
48	Interact	Tecnologia da informação
49	Banco do Brasil	Serviços financeiros
50	Arezzo	Têxtil e calçados (produção e varejo)

Fonte: Fundação Dom Cabral, 2018¹²

A trajetória recente da Eletrobras ilustra bem essa realidade. No segundo mandato do governo Lula, o estatuto da empresa estatal foi alterado para permitir a exportação de capitais, viabilizando a construção de represas em outros países para atender à demanda energética das grandes corporações sediadas no Brasil. Um dos projetos mais importantes em que a Eletrobras se envolveu dentro dessa perspectiva foi a participação na empresa Egassur, a qual recebeu a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Inambari no Peru. Entretanto, em junho de 2011, após uma forte pressão social e bloqueios realizados pela população local, comunidades indígenas e ambientalistas, o governo peruano cancelou a concessão. Em 2022, já sob o governo Bolsonaro, a Eletrobras passou por um processo de privatização que ampliou a participação acionária do capital privado nacional e internacional. Dias antes da capitalização

¹² O índice de internacionalização de multinacionais é calculado pela média aritmética de três proporções: a razão entre ativos no exterior e ativos totais, entre receitas no exterior e receitas totais, e entre funcionários no exterior e o total de funcionários. O ranking original, com as respectivas pontuações, está disponível em: <https://trajetoriasinternacionais.fdc.org.br/o-ranking-fdc-das-multinacionais-brasileiras-2018/>.

ser aprovada no Senado, em 17 de junho daquele ano, um grupo de investidores da Eletrobras — do qual fazia parte Pedro Batista de Lima Filho, cofundador da 3G Radar — foi recebido pelo então ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, evidenciando a articulação política do capital privado para viabilizar a operação. Entre os acionistas que adquiriram participação na empresa estava justamente a 3G Radar. Uma reportagem da Folha de São Paulo revelou que, apesar de seus 1,3% do capital total e 0,05% das ações da Eletrobrás, os diretores da 3G Radar utilizaram vários estratagemas políticos para garantir assento no conselho de administração da companhia¹³. Com base nessa informação, uma dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Piauí enfatizou que a proposta de extinguir a participação de um representante dos trabalhadores no colegiado — apresentada por diretores da 3G Radar e aprovada pela assembleia de acionistas ocorrida em 17 de abril de 2023 — era mais um passo na consolidação da "EletroLemann". Com essa expressão, denunciava a captura da antiga estatal pelo grande capital financeiro associado a nomes como Jorge Paulo Lemann, reduzindo o conselho de administração a uma "fachada" para decisões unânimes a serviço dos seus interesses¹⁴. Em 2025, a empresa já privatizada alterou sua denominação para Axia Energia, explicitando seu compromisso com a valorização acionária acima de qualquer interesse nacional.

Um detalhe importante é que a 3G Radar é gestora dos recursos da 3G Capital. Fundada em 2004 pelos sócios Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, a 3G Capital é uma das empresas que melhor representa a configuração da grande burguesia como parte componente do capital-imperialismo. Segundo a lista Forbes Bilionários Brasileiros 2025, Lemann ocupa a 3ª posição, com patrimônio estimado em R\$ 88 bilhões; Sicupira, a 6ª posição, com R\$ 39,1 bilhões; e Marcel Telles, a 30ª posição, com R\$ 12,5 bilhões (embora já venha transferindo parte significativa de sua fortuna para o filho Max, que estreou na lista em 2025 na 11ª posição, com R\$ 29,3 bilhões). Ao lado dos sócios fundadores, destaca-se ainda Alex Behring, co-fundador e sócio-diretor da 3G que figura na 9ª posição na lista Forbes, com R\$ 31 bilhões. Com sede em Nova York, a 3G Capital é uma gestora de *private equity* que atua globalmente, adquirindo o controle acionário de grandes corporações para submetê-las a uma

¹³ SALOMÃO, A. **Gravação mostra como minoritário organizou conselho da Eletrobras**. FOLHA DE SÃO PAULO, 11 jun. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/gravacao-mostra-co-mo-minoritario-organizou-conselho-da-eletobras.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2026.

¹⁴ SILVA, S. **Exclusivo da folha, áudio denuncia que grupo 3G de Lemann sequestrou a Eletrobras**. CUT-PI, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://pi.cut.org.br/noticias/exclusivo-da-folha-audio-denuncia-que-grupo-3g-de-lemann-sequestrou-a-eletobras-dd7c>. Acesso em 24 fev. 2026.

estratégia agressiva de crescimento por meio de fusões e aquisições. De acordo com reportagem do Estadão¹⁵, seu portfólio inclui o controle ou participação relevante em gigantes globais como a AB InBev (maior cervejaria do mundo, controladora da Ambev), a Kraft Heinz (fabricante de alimentos, em sociedade com o megainvestidor Warren Buffett), a Restaurant Brands International (dona do Burger King, Tim Hortons e Popeyes) e a multinacional holandesa Hunter Douglas (líder em persianas e cortinas). Mais recentemente, em maio de 2025, adquiriu a empresa estadunidense de tênis Skechers — a terceira maior fabricante de calçados do mundo, com vendas anuais de cerca de 300 milhões de pares — por US\$ 9,4 bilhões¹⁶.

O caso da 3G Capital explicita, de forma paradigmática, como a grande burguesia brasileira não apenas se associa ao capital internacional, mas se converte em agente ativo do capital-imperialismo, operando a partir de uma central financeira sediada no exterior e comandando a expansão e a concentração de capitais em escala planetária. A atuação da sua operadora 3G Radar para influenciar a privatização da Eletrobras e garantir assento no conselho de administração revela o *modus operandi* dessa fração de classe: utilizar seu poder econômico e político para capturar empresas estatais estratégicas, subordinando-as à lógica da valorização financeira e desmontando os últimos resquícios de qualquer compromisso com interesses nacionais ou com a participação democrática dos trabalhadores. A transformação da Eletrobras em Axia Energia e sua integração à órbita de grupos como a 3G Capital simboliza, assim, o estágio atual do capitalismo brasileiro: uma plataforma de lançamento do capital-imperialismo, onde a grande burguesia local, associada ao capital financeiro internacional, encarna em si a “potência colonizadora do capital¹⁷”.

A política do capital-imperialismo

¹⁵ ALMEIDA, M. **Os negócios da 3G Capital, empresa dos maiores acionistas da Americanas**. ESTADÃO, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/negocios/investimentos-3g-capital-lemann-telle-s-sicupira/>. Acesso em 24 fev. 2026.

¹⁶ VIRI, N.; BRANDÃO, R. **O que a compra da Skechers diz sobre o ‘novo’ 3G**. EXAME, 05 mai. 2025. Disponível em: <https://exame.com/insight/o-que-a-compra-da-skechers-diz-sobre-o-novo-3g/p>. Acesso em 24 fev. 2026.

¹⁷ Elaboramos esse conceito baseando-se nos capítulos finais de Luxemburgo (1976) que descrevem tanto as múltiplas formas de violência que o capital deve recorrer para absorver e dissolver concretamente as formas sociais não capitalistas, quanto os processos de luta e resistência dessas formas para manter seu modo de vida. A escolha pelo termo “potência” procura explicitar a ideia de que se trata de uma força imanente do capital cuja realização exige a capacidade de se sobrepor a outras forças.

Para nossos objetivos, é fundamental destacar que o capital-imperialismo não é apenas uma força econômica, mas também um modo de atuação política. Essa dupla característica se expressa, segundo Fontes (2010, p. 197), na constituição de duas teias organizativas sobrepostas:

[...] a diretamente proprietária, que entrelaçava crescentemente proprietários internacionais de grandes corporações multinacionais (através de participações de diversas ordens) e proprietários consorciados de capital monetário, através de múltiplas instituições, como bancos, fundos, seguradoras, etc., com fortes tendências à internacionalização e sustentados por instituições igualmente econômicas de âmbito internacional. A segunda teia foi tecida em torno das frentes móveis de ação internacional, estreitamente articulada à primeira e dela dependente, mas com razoável autonomia e capacidade de intervenção estatal muito além de seus Estados de origem (Fontes, 2010, p. 197).

Essa segunda teia compreende aquelas instituições que Gramsci denominou de aparelhos privados de hegemonia que se apresentam como frentes móveis internacionais da política do capital-imperialismo¹⁸. Compostas por fundações privadas, *think tanks*, ONG's, etc., estas frentes móveis eram “abertamente sustentadas por generosas doações empresariais (e, em alguns casos, também governamentais), mas sem vínculos diretos e, portanto, podiam expressar interesses comuns de setores diversificados” (Fontes, 2010, p. 174). Expressando politicamente a socialização da produção realizada pela “fusão pornográfica” de capitais, “forneciam os elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo” (Fontes, 2010, p. 174-175). Para isto, “promoviam novas carreiras cosmopolitas, para as quais se exigia uma plena adaptação à sua finalidade: formavam e empregavam militantes-ideólogos” (Fontes, 2010, p. 175). Atuavam, portanto, “como centros internacionais de formação intelectual, moldando comportamentos, ajustando-

¹⁸ Essa teia é um entrelaçamento de forças políticas díspares e com ideologias próprias, não um centro homogêneo. Podemos distinguir, por exemplo, diferentes polos de emaranhamento. Um primeiro mapeamento exploratório, que demandará validação futura por meio de análise de fontes primárias e secundárias, tem apontado para três polos principais. Um que gira em torno da Atlas Network, a qual atua como uma rede global de apoio a *think tanks* e institutos de orientação libertária, liberal e de livre mercado, sendo uma das principais difusoras do pensamento neoliberal. Outro que gira em torno da Open Society Foundations (OSF) e redes similares, como a Fundação Ford, que focam em temas progressistas como a redução da pobreza, inclusão e diversidade, desenvolvimento sustentável, etc., cooptando pautas sociais para a lógica do gerenciamento neoliberal de caráter mercantil-filantrópico. E, por fim, um polo que organiza a extrema-direita global (ver nota 20). Esses polos não são estanques, entrecruzando-se em relações de aliança e de antagonismo, que estabilizam a teia, garantindo que o dissenso social seja metabolizado e mantido dentro dos limites de reprodução do capital-imperialismo.

os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva” (Fontes, 2010, p. 175).

Um dos efeitos da expansão do capital-imperialismo foi a industrialização dependente de algumas nações periféricas privilegiadas, incluindo o Brasil. Nesse contexto, a fraqueza da burguesia brasileira deve ser vista como algo apenas relativo. Como alerta Virgínia Fontes (2010, p. 161): “Não se deve esquecer, entretanto, que esse transbordamento da industrialização para outros países se realizava de maneira seletiva, em função do grau de segurança à propriedade, do controle político ali exercido”. Na realidade, conforme o capital se acumulava e com ele as contradições desse modo de produção, mais necessária se tornava para a sobrevivência do capitalismo a existência de uma burguesia forte na periferia do sistema, “capaz de saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressiva da dominação burguesa” (Fernandes, 1975, p. 294). A revolução burguesa no Brasil, exatamente por ter sido tardia, converte a dominação burguesa no país no polo mais avançado da contrarrevolução mundial em uma época da atualidade do socialismo. Uma verdadeira vanguarda do atraso. Com a eclosão de lutas sociais potencialmente internacionalistas na década de 1960 — que extrapolaram os limites dados pela Guerra Fria atingindo tanto nações capitalistas centrais e periféricas como formações autodenominadas socialistas —, o mundo capitalista se viu diante da necessidade de repetir a experiência brasileira. “A contrarrevolução preventiva [...] se torna condição da acumulação burguesa dependente, num primeiro momento, e da ordem burguesa como um todo, no predomínio do capital-imperialismo” (Fontes, 2010, p. 152). As frentes móveis internacionais do capital ganharam centralidade nesse processo ao atuarem, embora como redes interconectadas e não um poder unificado, como uma espécie de Internacional Capitalista.

[...] mais do que um Estado, tais entidades visam à conformação de Estados. Atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os conflitos burgueses interpaíses; treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações (Fontes, 2010, p. 175).

No caso brasileiro, para organizar eficazmente sua contrarrevolução preventiva e permanente, a burguesia se submeteu de bom grado ao “apoio” externo que lhe era oferecido

com a intenção de difundir um modo de vida que assegurava o predomínio dos interesses forâneos. Florestan Fernandes apreendeu desde muito cedo a existência desse processo e de suas consequências:

Os Governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc. (Fernandes, 1975, p. 254).

[...] Há os grupos, extraídos de várias categorias profissionais, civis e militares, que foram deslocados para o exterior e sofreram completa reciclagem (ideológica e utópica), graças a programas especiais de ‘treinamento’, de *‘preparação técnica especializada’* ou de *doutrinação*. Há os programas de comunicação de massa, através do rádio, televisão, imprensa e mesmo de educação escolarizada e os programas de assistência técnica (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional) que criam redes articuladas de *‘modernização dirigida’*. Há, por fim, programas de instituições mundiais e de Governo a Governo que recobrem essas e outras áreas, todos difundindo uma filosofia desenvolvimentista própria [...]. O curioso, em todo esse processo, são as *identificações*, que acabaram prevalecendo, ao longo e ao cabo da depuração do idealismo burguês, entre a *“mentalidade oligárquica”* e o *“racionalismo pragmático”* (Fernandes, 1975, p. 314, grifos nossos)

Forjou-se assim uma privilegiada tecnocracia privada e estatal altamente comprometida com os interesses imperialistas e, portanto, com a reprodução ampliada da dupla articulação. Recrutada entre os membros das famílias tradicionais — ou funcionando como via de acesso para novos emergentes no seio dessa estrutura parental —, essa tecnocracia preparou o salto industrializante em direção ao capitalismo monopolista e financeiro assegurando, ao mesmo tempo, a continuidade do predomínio e a extensão de uma plutocracia oligárquica. Eis que a dominação política da burguesia brasileira se revela em toda sua clareza: “Em suas modalidades mais brandas e estáveis, esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista. Nas modalidades mais ‘duras’ e externas, [...] esse Estado é totalitário e dissimuladamente fascista” (Fernandes, 2009, p. 105). Historicamente, isso se apresentou do seguinte modo: 1) No período iniciado no Estado Novo até o golpe militar, a autocracia burguesa se expressou na tentativa de acomodar a representação das diferentes classes sociais à estrutura corporativista do Estado populista, o qual reprimia com brutal violência as ações e organizações autônomas da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que permitia liberdade de atuação para os aparelhos privados de hegemonia burguesa que exerciam forte pressão sobre as políticas públicas (Fontes, 2010). 2) Na ditadura empresarial-militar, de acordo com Fernandes (1981), a autocracia burguesa assume uma forma dissimuladamente fascista, com o poder sendo exercido de forma totalitária

pela classe dominante por meio da tecnocratização e militarização do Estado. Se esse fascismo *sui generis* pôde dispensar a mobilização social característica do fascismo clássico praticado na Itália e na Alemanha do período entreguerras, era porque as organizações populares ainda não haviam consolidado formas mais resistentes de contra-hegemonia (Fernandes, 1981).

Em suas análises sobre a revolução burguesa no Brasil, Florestan previu — o que se confirmou nas greves do ABC paulista (1978-1980) — que o próprio dinamismo do capitalismo monopolista criaria uma classe operária capaz de arrastar outras camadas sociais para a luta social (dentro e, em alguma medida, até mesmo contra a ordem capitalista) pela democracia (Fernandes, 1975, p. 284-285). Além disso, a transição democrática ocorreu dentro do quadro de “conciliação pelo alto”, forma de resolução de crises apontada por Florestan como sendo uma característica estrutural da dominação burguesa na formação social brasileira. Desse modo, apesar dos avanços democráticos expressos na Constituição de 1988, o poder permaneceu ultraconcentrado no executivo, as Forças Armadas continuaram voltadas para o interior e a organização policial se manteve militarizada, conferindo contornos autoritários ou até mesmo protofascistas à Nova República (Teles; Safatle, 2010). Não obstante, ainda que as análises de Florestan mantenham fundamental relevância para a compreensão da nossa realidade, elas precisam ser atualizadas considerando os impactos da transformação do Brasil em um país capital-imperialista, ainda que dependente, cuja dinâmica se impôs apenas em um período posterior.

A derrota de Lula nas eleições de 1989 representou um novo ocaso da possibilidade da presença popular na organização do Estado, tendo como resultado a implantação da política neoliberal que caracteriza o predomínio do capital-imperialismo. Essa política, a grosso modo, consiste no desmonte das políticas econômicas protecionistas e do Estado de bem-estar social. Como o Brasil nunca contou com esse último, a implantação do neoliberalismo resultou basicamente na desnacionalização da economia, no desmantelamento dos direitos previstos na Constituição de 1988 e/ou na impossibilidade de sua plena aplicação em função de restrições orçamentárias determinadas pela hegemonia dos interesses do capital financeiro sobre o orçamento público¹⁹. Portanto, a implantação da política do capital-imperialismo em terras

¹⁹ Conforme dados compilados pela Auditoria Cidadã, o pagamento de juros e amortizações consumiu R\$ 2,135 trilhões em 2025, o que corresponde a 42,25% do orçamento federal. Enquanto isso, a parcela destinada à saúde e à educação foi, respectivamente, apenas de 4,27% e 3,18% do total da arrecadação federal. Ver: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-executado-2025/>. Acesso em 20 mar. 2026.

brasileiras consistiu fundamentalmente em uma *expressão contemporânea da autocracia burguesa*, ainda que sob regime *formalmente democrático*, e da dupla articulação do capitalismo dependente. Essa situação apenas foi tensionada em 2002, quando um partido organizado pelas classes populares conseguiu vencer as eleições presidenciais. Porém, em uma situação bem diferente daquela eclosão de lutas potencialmente revolucionárias (dentro ou contra a ordem) ocorrida durante a crise da ditadura, criando uma situação completamente inédita que as análises de Florestan não são mais capazes de oferecer respostas sozinhas. Se ele destacou muito corretamente o traço da violência estatal, que ainda se mantém como um aspecto importante da dominação de classes no Brasil, no período posterior é a questão do consenso que se expressa como o elemento fundamental da hegemonia burguesa.

Na transição e consolidação do regime democrático no Brasil, a teia política do capital-imperialismo tornou-se cada vez mais central, possibilitando “uma forte atuação persuasiva burguesa, sob nova roupagem democrática e cosmopolita” (Fontes, 2013, p. 33). Ela foi um dos mecanismos que permitiu a autocracia burguesa e a política do capital-imperialismo ser imposta de forma consensual em um contexto em que a pura força não poderia sustentar uma dominação que havia se complexificado. Ainda que a cooptação das lutas sociais que haviam se radicalizado no contexto da crise da ditadura seja um fenômeno multideterminado, não é exagero dizer que as frentes móveis internacionais foram decisivas para a sua concretização. Podemos enumerar os seguintes elementos que trazem a marca indelével da ação do capital-imperialismo para corroer por dentro a política da classe trabalhadora: 1) a explosão quantitativa de ONGs que deslocaram o problema da desigualdade social do conflito classista para o gerenciamento do tipo empresarial bem como a militância socialista para o voluntariado filantrópico e sua profissionalização (Fontes, 2010, p. 255-302); 2) o estímulo para uma reestruturação produtiva que visou, entre outros objetivos, desorganizar a classe trabalhadora (Alves, 2000); 3) a introdução de um sindicalismo de resultados neocorporativista que aceitou passivamente o desmonte neoliberal e a reestruturação produtiva como inevitáveis (Alves, 2000); 4) a transformação de dirigentes sindicais em administradores de fundo de pensão sob o impulso de contrarreformas previdenciárias (Oliveira, 2010); 5) o avanço da “pobretologia” (Fontes, 2010) e do “identitarismo” sobre a esquerda política, social e acadêmica (Barros, 2024); 6) a ação dos aparelhos privados de hegemonia (fundações, sistema 5S, associações empresariais, etc.) de difusão, inclusive no ambiente escolar e universitário, da ideologia do empreendedorismo como justificativa para a corrosão do mundo trabalho (Alves; Klaus;

Loureiro, 2021). Todas essas transformações contaram com o forte apoio político, intelectual e financeiro das frentes móveis internacionais do capital-imperialismo e, por essa mesma razão, contribuíram para aplacar a autonomia política da classe trabalhadora que estava em processo de construção nos anos 1980. Em grande medida como decorrência desse processo, o Partido dos Trabalhadores, que havia surgido no contexto de redemocratização como um centro organizativo das lutas dos trabalhadores, passou por um longo e profundo processo de transformismo, tornando-se um partido de “esquerda para o capital” (Coelho, 2023).

Com a eleição de Lula de 2002, em função da prerrogativa do presidente da República para nomeação de cargos, aumentou a heterogeneidade da composição social nos postos centrais do aparelho de Estado, com a presença de líderes sociais e sindicais ao lado de velhas oligarquias. Porém, podemos considerar que os elementos de continuidade prevaleceram e que, portanto, a autocracia não desapareceu, mas se apresentou sob formas mais complexas. Os governos petistas, nessa chave, devem ser lidos como uma “hegemonia às avessas” tal como nas formulações de Francisco Oliveira (2010, p. 25): “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. Criou-se assim uma hegemonia sobre as classes populares que teve como fundamento: 1) o consentimento ativo das burocracias dos movimentos sociais e sindicais por meio da ocupação de cargos no aparelho de Estado e da gestão de fundos de pensão; 2) o consentimento passivo dos setores excluídos ou precarizados da classe trabalhadora por meio de políticas paliativas (Braga, 2012). Para sustentar política e economicamente essa forma de hegemonia, os governos liderados pelo PT no período de 2003 a 2016 procuraram conciliar os interesses das diferentes frações da classe dominante com um projeto neodesenvolvimentista ancorado em um reformismo fraco (Singer, 2012). Desse modo, o “lulismo” realizou avanços significativos em termos de inclusão social e distribuição de renda, mas também evidenciou limites e contradições que se agravaram em função dos efeitos de longo prazo da crise mundial de 2008. O contexto dos primeiros sinais de esgotamento dessa hegemonia, por um lado, trouxe a emergência dos trabalhadores precarizados nas lutas sociais, a qual desafiou os modelos tradicionais de organização sindical e política, demandando novas estratégias de resistência e luta, indicando novas possibilidades de reorganização do conjunto da classe trabalhadora (Braga, 2016; Safatle, 2018). Por outro lado, trouxe à tona a mobilização de setores conservadores e reacionários que se encontraram com o precariado rebelde nos massivos protestos de junho de 2013, criando fortes tensões e o clima de polarização social que caracteriza a cena política brasileira desde então (Singer, 2013).

Esse processo culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e na eclosão de um movimento de caráter fascista que foi capaz de alçar Bolsonaro à presidência da República na eleição de 2018. Pela primeira vez na história recente do Brasil, a classe trabalhadora organizada passou a se defrontar com uma força política e social de extrema-direita capaz de organizar grandes massas populares, sobretudo de classe média, para a disputa nas ruas, território que desde o período de redemocratização era de domínio quase absoluto da esquerda política. Alimentado pela extrema-direita do capital-imperialismo — organizada por figuras como Steve Bannon e contando com líderes mundiais como o presidente dos Estados Unidos Donald Trump²⁰ —, um novo fascismo, de traços ultramodernos, deslanchou ao encontrar enorme afinidade eletiva com a lógica presente na formação social brasileira de superprivilegiamento de classes e de reprodução de uma ideologia ultraconservadora que lhe corresponde.

Considerações finais

A Sociologia Histórica e Genealógica tem demonstrado não apenas uma longa continuidade dos grupos familiares no topo das relações de dominação, mas os mecanismos concretos de sua transmissão, a qual excede apenas a herança econômica. Ao contrário do mito liberal de separação entre economia, política e prestígio social, as diferentes formas de poder e dominação se interligam entre si e se amalgamam, ainda que sem confundir por completo. Desse modo, os privilegiados sociais não recebem dos seus passados apenas riquezas materiais e financeiras, mas também conhecimentos, comportamentos, modos de pensar e de sentir, técnicas de controle social e de dissimulação, habilidade de corromper e ser corrompido, etc.

Ao longo deste trabalho, seguimos uma rota complementar. Isto é, não procuramos demonstrar cientificamente através de dados empíricos a continuidade dos mesmos sobrenomes

²⁰ De acordo com nosso mapeamento exploratório (ver nota 18), podemos citar as seguintes *think tanks* ligadas a essa posição: The Heritage Foundation (EUA), Claremont Institute (EUA), America First Policy Institute (EUA), Center for Renewing America (EUA), Instituto Conservador-Liberal (Brasil), Fundación Faro (Argentina), Mathias Corvinus Collegium (Hungria), Fundación Disenso (Espanha) e Edmund Burke Foundation (sediada nos EUA, mas com atuação internacional). Além dessas *think tanks*, que contam com diferentes graus de radicalismo e influência institucional, destacam-se nesse polo: 1) a Conservative Political Action Conference (CPAC) como um palco onde se reúnem as principais lideranças da direita e extrema-direita global, incluindo nomes como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei; 2) a National Conservatism Conference (NatCon), organizada pela Edmund Burke Foundation, que atua como fórum global de formulação ideológica da extrema-direita nacionalista, diferenciando-se do caráter mais amplo e midiático do CPAC, que tem perfil mais mobilizador do que doutrinário.

nas topo das hierarquias políticas e socioculturais ao longo dos séculos, nem investigar suas formas concretas de transmissão. Mas, elaborar um ensaio teórico, apoiado em dados socioeconômicos, em defesa da tese da necessidade estrutural desta continuidade genealógica. Procuramos demonstrar que esta continuidade não representa uma simples sobrevivência de um passado em vias de superação pela modernização das relações sociais. Pelo contrário, nossa investigação indicou que a modernização, tal como ocorreu na realidade, foi um mecanismo social que garantiu a continuidade e até mesmo a ampliação do superprivilegiamento das classes dominantes locais e da extorsão imperialista. Ou seja, procuramos argumentar que as heranças genealógicas são o produto de uma lógica social que garante, por muitos caminhos combinados e alternativos, o mesmo resultado: a manutenção de uma pequena minoria no topo social e a reprodução do fosso da desigualdade que a separa dos demais mortais. Mecanismos esses que fazem parte de uma estrutura social: o capitalismo dependente.

O trabalho buscou demonstrar como uma formação socioeconômica forjada para a depleção de riquezas desde o exterior se atualizou impondo um padrão de reprodução de especialização produtiva primário-exportador que cria um fosso entre estrutura produtiva e as necessidades reais da população trabalhadora²¹. A modernização do Brasil o transformou em capital-imperialismo. Desse modo, a dupla articulação não desapareceu, mas se reconfigurou em formas mais complexas e mais seguras. A crença de uma burguesia brasileira capaz de conduzir uma revolução nacional nunca fez muito sentido e hoje faz ainda menos. Quanto mais essa burguesia se fortaleceu interna e externamente, mais se submeteu de bom grado ao imperialismo, mais se associou às suas práticas de depleção de riquezas internas e, quando possível, tornou-se coparticipe do movimento expansionista de expropriações primárias e secundárias contra os povos e classes subalternizados também no exterior.

A autocracia burguesa demonstrou flexibilidade suficiente para resistir e capturar o primeiro governo dos trabalhadores da história do país. E, quando esse não satisfazia mais seus interesses, a classe dominante não hesitou em dar um golpe de Estado e apoiar líderes políticos fascistas conferindo traços ainda mais nítidos à autocracia burguesa. Primeiro, por meio de um usurpador que se aliou com adversários derrotados para tomar, por vias jurídicas (duvidosas) e

²¹ Somos o país do “agro” onde milhões padecem por fome ou insegurança alimentar; o país de grandes construtoras em que existe um grande contingente de sem-teto e pessoas que não possuem condições adequadas de moradia e saneamento básico; o país das montadoras em que a maioria da população depende de um transporte público de péssima qualidade, etc.

parlamentares, o governo de uma presidente que havia sido eleita pelo voto popular. Depois, pela eleição de um líder fascista que nunca escondeu seu desejo de exterminar os representantes políticos das classes populares. Vale recordar que o integralismo brasileiro foi o maior movimento fascista fora da Europa e as pessoas que fizeram parte dele não desapareceram. Pelo contrário, seus integrantes ocuparam posições fundamentais no aparato da ditadura empresarial-militar de 1964, formaram famílias e transmitiram para seus descendentes valores e posições de poder econômico, político e sociocultural. O solo em que brota o bolsonarismo foi nutrido pela lógica de reprodução genealógica que decorre da estrutura do capitalismo dependente e autocrático que caracteriza a formação social brasileira.

Disso tudo, é possível concluir que a história do Brasil se apresenta para nós com a aparência de uma eterna repetição. Porém, se em cada conjuntura crítica é preciso a força para manter a forma autocrática de poder, talvez tal repetição não seja tão inevitável. Um regime de opressão pode quase tudo, só não pode suprimir definitivamente a possibilidade dos oprimidos de insurgir-se contra ele

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e226115, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/5JTnbbHtXwFWkKyq3mqbgNd/>. Acesso em: 07 mai. 2026.

ALVES, Giovanni. **Do "novo sindicalismo" à "concertação social"**: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). 1. ed. Marília: Editora Unesp; Práxis, 2000.

BARROS, Douglas Rodrigues. **O que é identitarismo?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel.Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n. 11, p. 1-52, 1973.

COELHO NETO, Eurelino Teixeira. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 16-34.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. “Capital-imperialismo e persuasão empresarial.” In: CONCEIÇÃO, Alexandrina; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de (orgs.) **O capital e a ocupação de terras e territórios**. São Cristóvão, UFSergipe, 2013, p.29-51.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **O padrão de reprodução do capital e o subimperialismo brasileiro**. Parte III: Mathias Luce. HEDLA, UFRGS, 12 de out. de 2012, 1 vídeo (22 min.). Disponível em: https://youtu.be/gRUoTr_TzWo?si=tJn1TPwC2l-Hyyyn. Acesso em: 22 fev. 2026.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Mais-valia extraordinária e acumulação de capital**. Reorient, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2022, p. 11-46.

MARX, Karl. **O Capital**: para a crítica da economia política. **Livro III**: O processo global da produção capitalista. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In; OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-28.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. 1. ed. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2018.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: BORON, Atilio (Org.). **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 143-155.

_____. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 1, n. 3, dez. 2011, p. 85-93.

SANTOS, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos. **“Agro é tudo”**: reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. **Brasil, junho de 2013**: Classes e ideologias cruzadas. In: Novos estudos – CEBRAP, no.97, São Paulo, nov. 2013.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

Recebido em: 15 maio 2026.

Aceito em: 23 maio 2026.